



**Presidência da República
Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

**Ata da 195ª Reunião Ordinária do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CDDPH**

1 Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e nove, às dez horas, no Salão Nobre do
2 Ministério do Planejamento, na Esplanada dos Ministérios em Brasília, foi realizada a
3 centésima nonagésima quinta Reunião Ordinária do Conselho de Defesa dos Direitos da
4 Pessoa Humana, sob a Presidência do Secretário Especial dos Direitos Humanos da
5 Presidência da República e Presidente do CDDPH, Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, com a
6 presença dos seguintes **Conselheiros**: Dr. Percilio Lima Neto, OAB; Dr. Dalmo de Abreu
7 Dallari, Prof. de Direito Constitucional; Dr. Fermino Fechio, SEDH; Dr^a Carolina Martins,
8 DPF/MJ; Deputado Luiz Couto, CDH/Câmara; Dr. Fernando Matos, SEDH; Dr^a Ivana Farina,
9 CNPG; Prof^a Marly Bastos, ABE; Dr. Rafael Favetti, MJ; Deputado Fernando Ferro; Dr. André
10 Cunha, DEPEN; Dr. Carlos Eduardo, MRE; Dr. Daniel Lerner, SEDH; Dr. Carlos Alberto Fazzio,
11 PF/MJ; Sr. Gilson Cardoso, MNDH; Sr Márcio Araújo, Câmara; Sr Carlos Moura, CBJP; Dr.
12 Marcelo Tognozzi, ABI; Dr. Franklin Rodrigues, MPF; Dr^a. Flávia Piovesan, Prof^a de Direito
13 Penal; Dr^a Lenir Rodrigues, ANADEP; Dr. Roberto Filho, Defensor Público; Dr. Humberto
14 Espinola, Penal; Dr^a Paula Lima, SEDH; Dr^a Juliana Corbacho, SEDH; Dr^a Andressa Caldas,
15 Justiça Global; Dr^a Ivana Farina, CNPG; Dr^a Gilda Carvalho, MPF; Sr. Moacyr Matos, Pai de
16 Manoel Matos; Sr^a Nair dos Anjos, Mãe de Manoel Matos e Dr^a Juliana, Secretária Executiva
17 do CDDPH. **Item I - Abertura e Informes**: O Presidente abriu a reunião cumprimentando a
18 todos e agradecendo pela presença. No informe inicial, relatou uma visita que recebera do Vice
19 Presidente, Dr. Percilio, que mostrou preocupações e indagações sobre a importância de
20 aperfeiçoamento do funcionamento do executivo interno, no período que separa as reuniões
21 ordinárias do conselho, apontando dificuldades e fragilidades no trabalho de acompanhamento
22 e monitoramento na sequência das decisões, sobretudo depois dos relatórios conclusivos da
23 subcomissão especial. A partir desta conversa, querem iniciar um período de aperfeiçoamento
24 do desempenho executivo. O Ministro informou que esteve com o Presidente da Câmara,
25 Michel Temer para reafirmar o interesse do Conselho, de aprovar a visita coletiva de uma
26 pequena comissão ou todo o colegiado, na reunião que tomará posse o Dr. Gurgel, novo
27 Procurador Geral da República. Em seguida, apresentou a nova secretária executiva do
28 Conselho, a Dr^a Juliana Gomes Miranda e registrou a presença dos pais do defensor de
29 Direitos Humanos, Manoel Mattos, assassinado pelo crime organizado com tiros à queima

30 roupa, no litoral da Paraíba, em vinte e quatro de janeiro, durante uma confraternização, ao
31 receber um prêmio do Movimento Tortura Nunca Mais. O Dr. Percilio deu as boas vindas à Dr^a
32 Juliana e propôs a formalização de agradecimento à Dr^a Mônica pela dedicação durante o
33 período em que serviu o Conselho. **Item II – Relato sobre as investigações do assassinato**
34 **do Ex-Vereador e Defensor dos Direitos Humanos, o advogado Manoel Mattos.** O Ministro
35 informou que o relato estava sendo transmitido ao vivo pela IBC. O relato foi feito pelo Dr.
36 Fernando Matos, Coordenador Geral do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos
37 Humanos/SEDH/PR. O Dr. Fernando fez um relato, não de toda a trajetória do Defensor de
38 Direitos Humanos Manoel Mattos, mais sintetizou um pouco o que aconteceu após o seu brutal
39 assassinato, e até que ponto se encontra as investigações no processo judicial para que este
40 conselho acompanhe. Apresentou um amplo material documentado em seu arquivo para que
41 houvesse a compreensão dos pontos principais. Informou que no dia primeiro de abril, a Dr^a
42 Gilda Carvalho, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, apresentou ao procurador
43 Antonio Fernando, o parecer favorável a federalização do caso do assassinato de Manoel
44 Mattos. Colocou-se à disposição do Conselho de Direitos Humanos para qualquer
45 esclarecimento agradecendo pela oportunidade de fazer esta apresentação. O Deputado Luiz
46 Couto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, disse que é
47 importante que tenha a federalização para que as investigações possam se aprofundar e
48 assim, descobrir os mandantes, os financiadores e os protetores que são muitos. O Ministro
49 abriu a palavra para que os conselheiros se manifestassem. A **Dr^a Flavia Piovesan** pensa que
50 na condição de Conselho o que poderá ser feito de imediato, é a adoção de uma moção de
51 apoio ao pedido de deslocamento de competência, uma moção que pudesse argumentar
52 primeiro a importância deste mecanismo para a salvaguarda de graves violações, a
53 salvaguarda e a resposta grave de violação dos direitos humanos. O **Dr. Humberto Espínola**
54 disse que não está acontecendo nada de relevante na questão da punição dos grupos de
55 extermínio. A sua sugestão é de que esta preocupação seja levada ao Superior Tribunal de
56 Justiça. A Dr^a Andressa Caldas, da Justiça Global, disse que a dona Nair trouxe a este
57 Conselho, a vulnerabilidade em que se encontram os familiares do Manoel Matos. Eles não
58 têm recebido escolta pra se deslocar em Itambé e Pedras de Fogo, pra ter um
59 acompanhamento mais próximo da ação penal que está correndo. Registrar colocando como
60 encaminhamento. O Ministro achou que seria o caso também de consolidarmos as diferentes
61 propostas de encaminhamento na constituição de uma comissão especial que realmente
62 visitasse a Paraíba imediatamente ficando esta comissão especial, responsável pelo
63 encaminhamento das várias tarefas. **A Dr^a Flavia Piovesan** no esforço de sistematizar os
64 encaminhamentos e as propostas formuladas submeteu a apreciação do Conselho seis
65 encaminhamentos separando em medidas a serem adotadas a curtíssimo prazo e medidas a
66 serem adotadas, a curto prazo. As primeiras medidas emergenciais, seriam medidas voltadas a
67 resguardar, assegurar, proteger a vida dos familiares do Manoel Matos, do seu pai dos seus

68 familiares e das testemunhas. A segunda medida seria resguardar o acervo probatório,
69 tendo em vista o risco de destruição de provas, sendo o segundo encaminhamento, assegurar
70 desde logo a investigação federal do caso. O terceiro encaminhamento a seguir, é viabilizar
71 esta visita em loco, para que as autoridades entrem em contato com membros desta comissão
72 constituída por este Conselho. Seja autoridades ligadas ao poder executivo da Paraíba, de
73 Pernambuco, Ministério Público Estadual e Federal, a membros do poder judiciário. O quarto
74 encaminhamento seria a feitura, o trabalho de bastidores e verificar casos anteriores. O quinto
75 encaminhamento, impactar a agenda do poder legislativo. E a sexta proposta, alimentar o
76 debate publico, intensificar a respeito do caso. O **Ministro Paulo Vannuchi** sugeriu apenas
77 para complementar, a constituição da comissão especial, para ser a comissão que cuidará do
78 encaminhamento de todo este roteiro de ações. **O Dr. Percilio de Souza Lima Neto** sugeriu
79 que o plenário delegasse à presidência do CDDPH a composição desta comissão. Informou
80 que manteria contato com o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, César
81 Brito, para que um dos diretores da entidade do Conselho Federal pudesse compor a comissão
82 neste deslocamento ao Estado da Paraíba, disse que havia inicialmente concordado com a
83 sugestão que se restringisse a atuação da comissão do CDDPH ao Estado da Paraíba mais
84 em que pese a boa vontade e a disposição do Governador Eduardo Campos extremamente
85 democrática no trato desta questão, seria razoável também que esta comissão se desloque ao
86 Estado de Pernambuco para manter contato com as demais autoridades. O Ministro passou a
87 palavra a Sr^a **Nair Ávila dos Anjos**, mãe de Manoel Mattos que agradeceu a todos aqueles
88 que estão direto ou indiretamente, dando apoio e organizando a vida da família. **Item III:**
89 **Apresentação sobre o Programa Nacional de direitos Humanos – PNDH3, Dr^a Paula**
90 **Ferreira Lima, assessora Especial da Secretaria Especial de Direitos Humanos/SEDH.** O
91 Ministro esclareceu que estão na fase final de negociação entre todos os Ministérios para um
92 passo importante que o país está prestes a dar, que é **a aprovação do texto, que vai a**
93 **decreto Presidencial, o Programa Nacional dos Direitos Humanos.** A Dr^a Paula disse que
94 era o relatório final da Conferência que aconteceu em dezembro no ano passado, entre quinze
95 a dezoito de dezembro. Foi um processo intenso de debates, participação, discussão e
96 interação entre Governo e Sociedade Civil. A estrutura do programa foi discutida durante o
97 processo da Conferência, mais consolidada numa oficina de trabalho com seis eixos
98 orientadores. Devido ao tempo, foi feito apenas uma leitura fundamental, que gostaria de
99 colocar como pauta do CDDPH, para dar continuidade, se o Conselho tiver interesse em
100 promover uma oficina e fazer uma discussão destas diretrizes, das ações, o que elas trazem de
101 avanço e o que elas consolidam. O lançamento do decreto do programa está previsto para
102 setembro. O **Ministro Paulo Vannuchi** neste sentido informou que o esforço, é que o Decreto
103 Presidencial seja assinado, no final de setembro coincidindo com o ato de inauguração da sede
104 própria da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Agradeceu passando a presidência
105 Então para o Dr. Percilio. Sobre o estado do Mato Grosso do Sul não houve absolutamente

106 nenhum avanço no enfrentamento da questão, razão pela qual, foi retirado da pauta ficando
107 para a próxima assembléia. **Item IV: Informes sobre as atividades desenvolvidas pela**
108 **Comissão Especial constituída “com objetivo de coordenar, supervisionar e monitorar a**
109 **aplicação das medidas provisionais e terminadas pela corte Interamericana de Direitos**
110 **Humanos concernentes à Casa de Detenção José Alves da Silva, denominada Urso**
111 **Branco” (Resolução nº 17/04 e nº 16/06). Antes do informe, os pais de Manoel Mattos, se**
112 **retiraram. A exposição foi feita pelo Dr. André Luiz de Almeida Cunha, Diretor de**
113 **Políticas Penitenciárias e pela Drª Juliana Corbacho, da SEDH.** Eles trouxeram para
114 conhecimento do Conselho, os avanços nos fatos ocorridos relativos à Penitenciária, Professor
115 José Mário Alves da Silva, conhecida como Urso Branco, no Estado de Rondônia. Na mesma
116 linha que a comissão trabalhou, trouxeram para análise as informações relativas a este caso,
117 dividindo em quatro eixos: as ações de melhoria de infra-estrutura da unidade prisional, ações
118 de melhoria de pessoal, as ações relativas aos procedimentos apuratórios, seja em âmbito
119 administrativo, policial ou judicial e outras ações pertinentes. O Dr. Percilio disse que esse
120 tema é recorrente na pauta do CDDPH e que a partir da atuação da comissão verificam
121 avanços significativos. A Drª Andressa, representante da Justiça Global, disse que a entrada
122 dos peticionários das medidas provisórias e da comissão de justiça de Porto Velho no presídio,
123 só foi possível porque estavam acompanhados pelo Procurador Federal e que esse, é um
124 problema que inviabiliza o monitoramento das ações. A Drª Juliana informou que já tem dois
125 delegados da delegacia especializada em crimes ocorridos no sistema penitenciário,
126 entrevistando os presos da cela e que eles já estão fazendo as apurações. O Dr. Leonardo
127 informou ao Conselho, que sobre a questão da execução penal, tem sido debatido no Colégio
128 de Defensores Públicos Geral e finalmente, ontem, como resultado desse debate, foi assinado
129 um termo de cooperação junto com o Ministério da Justiça através do DEPEN, da Secretaria de
130 Reforma do Judiciário, da Defensoria Pública da União e do Colégio de Defensores Públicos
131 Gerais, que cria a Força Nacional da Defensoria Pública em execução penal. O objetivo é que
132 conhecendo a eficiência da própria Defensoria Pública em alguns estados, que se unam com
133 espírito de solidariedade e tentem suprir através dessa força nacional, as necessidades mais
134 urgentes em determinados estados. A Drª Andressa fez um apelo para que o Conselho coloque
135 em pauta para a próxima assembléia, com uma explanação e um convite a membros do Poder
136 Judiciário para ouvir e debater o que trás as recomendações e as condenações que a sentença
137 aponta para o estado brasileiro. A primeira é um caso relacionado a um paciente psiquiátrico
138 morto depois de torturado numa clínica conveniada do SUS em Sobral no Ceará e o fato de
139 interceptações telefônicas ilegais contra trabalhadores rurais no estado do Paraná em hum mil
140 novecentos e noventa e nove. O Dr. Percilio agradeceu aos membros que compõem a
141 comissão para tratar do caso Manoel Mattos na Paraíba e encerrou a reunião informando a
142 data para a próxima assembléia, que será no dia vinte e nove de setembro.